

DATA-BASE: A LUTA É AGORA!

Ou amargaremos com 45% de defasagem salarial

Nos encontramos em um momento decisivo de luta pela data-base antes que o período eleitoral se inicie de fato. Nossas perdas se acumulam desde janeiro de 2017, quando o governo do Estado do Paraná (na ocasião Beto Richa - PSDB) deixou de realizar o pagamento desse direito constitucional quando à época o percentual devido era de 6,29%. Em maio de 2017 o acumulado era de 8,53%, tendo subido para 11,53% em maio de 2018 e 17,04% em perdas salariais em maio de 2019.

De janeiro de 2020 a maio de 2021, já no governo Ratinho Júnior (PSD) nossas perdas salariais saltaram de 17,50% para 36,15% e, nesse período, recebemos apenas 5% de reposição referente à Lei nº 18.493 de 24 de junho de 2015. A partir da Lei nº 20.934 de 17 de dezembro de 2021 o governo do Estado está autorizado a realizar o pagamento do percentual restante da Lei de 2015 (3,30%) ainda no exercício de 2022.

Contudo, neste mês de junho a previsão das perdas salariais já alcançam 37,8% e, em se mantendo a projeção inflacionária mensal do IBGE, chegaremos a 41,7% em dezembro de 2022 e 45% em maio de 2023! Por essa razão só a união dos servidores em luta possibilitará alguma mudança nesse quadro em que se perde mensalmente quase a metade do salário.

Relembramos que a agenda regressiva dos governantes estaduais desde 2015 já ocasionou (1) a perda da licença especial, (2) aumento da alíquota da previdência, (3) redução da contraparte do Estado junto ao ParanaPrevidência e (4) o arroxco salarial dos servidores do Executivo. A pauta positiva de revisão do adicional de titulação (aprovada em Grupo de Trabalho da SETI em julho de 2011) e do acesso à classe de professor titular (em discussão na SETI desde abril de 2013) foi suplantada - mas não esquecida - pelas lutas em defesa dos direitos já conquistados.

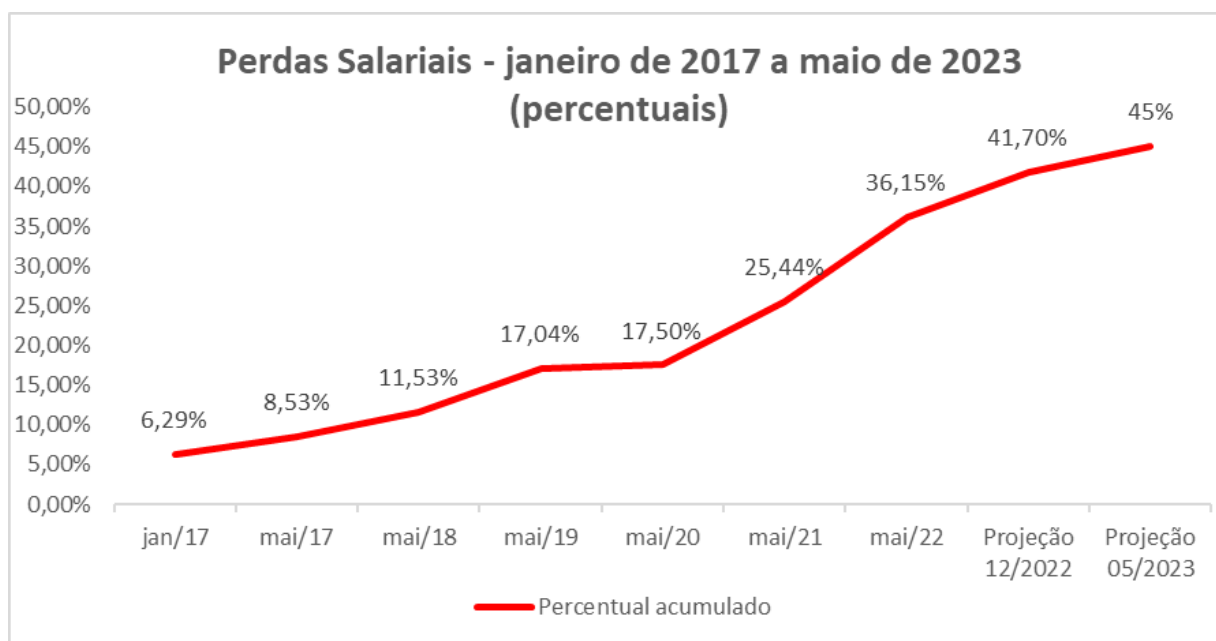
Trata-se de escolha política do governador Ratinho Júnior (PSD). Enquanto o Estado concedeu 17,48 bilhões de reais em renúncia fiscal, continua afirmando não ter condições de realizar o pagamento da data-base dos servidores. A diferença entre a renúncia fiscal de 2021 e de 2022 é equivalente ao orçamento da Saúde neste ano. Isto é, em ano eleitoral o governador Ratinho Júnior aumentou em mais 5 bilhões a renúncia fiscal do orçamento do Estado em favor de grandes empresas.

A conta está sendo paga por cada um dos servidores do Executivo que não têm recebido o pagamento de seus direitos e pela população que depende dos serviços públicos prestados.

O Estado do Paraná nos deve. Deve o cumprimento da legislação referente à reposição do poder de compra em um período de alta da inflação que já não podemos suportar com tamanha defasagem salarial.

Ratinho Júnior (PSD), na esteira do governo Bolsonaro (PL), desvaloriza os trabalhadores, retira-lhes direitos, trata-os com indignidade. Até quando suportaremos?

A LUTA É AGORA! DATA-BASE JÁ!



Fonte: Elaborado pelo Sinduepg com dados divulgados por Cid Cordeiro Silva e pelo Comando Sindical Docente

SINDUEPG

Seção Sindical dos Docentes da
Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS